

Resumo da Revisão Ambiental e Social (ESRS) Projeto Aegea / Águas de Manaus – 14826 -01 - BRASIL

Idioma original do documento: Português
Data de emissão: Maio de 2024

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

A Aegea Saneamento (a “Holding”) é maior empresa privada no setor de saneamento básico do Brasil. Em junho de 2018 a Holding venceu a concessão para a prestação de serviços de saneamento básico em Manaus, no Estado do Amazonas, Brasil, e criou a empresa Águas de Manaus (o “Cliente” ou a “Companhia”) que ficou responsável pela prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água potável e pela captação, tratamento e disposição final de esgotos domésticos (o “Projeto”). Nos termos do contrato de concessão, o Cliente é responsável pela universalização dos serviços até 2033, visando alcançar 99% da população com a distribuição de água tratada e 90% da população com a coleta e tratamento de esgoto, beneficiando mais de 2 milhões de pessoas¹. O Cliente requer financiamento para apoiar os investimentos necessários para atendimento das metas de universalização acima.

A devida Diligência Ambiental e Social (“DDAS”) foi conduzida mediante análise documental, reuniões virtuais e uma visita ao Projeto. Dentre outros, os temas analisados incluíram: i) políticas e procedimentos de gestão ambiental e social, ii) condições laborais; iii) práticas de saúde e segurança e registros de acidentes; iv) relacionamento comunitário e comunicação social; v) eficiência dos processos de tratamento de água e esgoto; vi) situação do atendimento dos padrões de potabilidade e lançamento de efluentes; vii) mecanismos de queixas; viii) eficiência energética; e ix) gestão de perdas.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o projeto foi classificado na categoria B porque poderá gerar, entre outros, os seguintes impactos e riscos: i) geração de resíduos sólidos; ii) contaminação de mananciais; iii) interferências com comunidades locais; iv) interferências com o trânsito veicular; v) incremento da possibilidade de acidentes com pessoal próprio e terceiros; vi) riscos de rupturas e vazamentos em redes e adutoras de água e esgoto; e vii) reassentamento de famílias. Estima-se que esses impactos e riscos sejam de intensidade média a média – alta e são considerados limitados ao local do Projeto, podendo ser gerenciados por meio de medidas de gestão prontamente disponíveis e de implementação viável no contexto da operação proposta.

Os Padrões de Desempenho (“PD”) acionados pelo projeto são: i) PD1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) PD2: Condições de Emprego e Trabalho; iii) PD3: Eficiência de

¹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de Manaus no censo de 2022 atingia 2.063.689 pessoas.

Recursos e Prevenção da Poluição; iv) PD4: Saúde e Segurança da Comunidade e v) PS5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário.

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

Atualmente, o Projeto possui 83 Estações Elevatórias de Esgoto (“EEE”), 120 Estações de Tratamento de Esgoto (“ETE”), 4 Estações de Tratamento de Água (“ETA”), além de aproximadamente 4.155 km de redes de distribuição de água tratada, incluindo 245 km de adutoras, 816 km de redes coletoras de esgoto e 52 poços ativos. Essa infraestrutura está distribuída em todo o perímetro urbano da cidade de Manaus.

O principal vetor de desenvolvimento econômico de Manaus é a Zona Franca de Manaus (“ZFM”)², que atraiu uma grande diversidade de indústrias para o entorno da cidade devido a incentivos fiscais oferecidos pelos Governos Federal e Estadual. As indústrias são as maiores responsáveis pela geração de empregos, envolvendo pessoal com diversos níveis de qualificação. Por outro lado, em contraste com a pujança econômica de Manaus está a Floresta Amazônica, que domina a paisagem no entorno. Essa característica determinou que Manaus se transformasse em um polo de atração para famílias que buscam a melhoria da renda e condições de vida. Ao chegar em Manaus muitos migrantes terminam por assentar-se em comunidades informais no entorno da cidade.

Nas margens de afluentes do Rio Negro, chamados localmente de “Igarapés” surgiram várias comunidades de palafitas. Estas são residências de estrutura precária, feitas de madeira, apoiadas em estacas, com alturas que chegam a mais de 10 metros em relação ao nível do rio. Nestas áreas as condições de vida são ainda mais precárias, pois possuem acessos inseguros, geralmente feitos com escadas improvisadas ou tábuas, não possuem sistemas de coleta de esgotos e há um acúmulo significativo de resíduos sólidos nas margens dos Igarapés. Estas construções estão em níveis muito elevados em relação ao nível dos Igarapés para protegê-las de inundações, que ocorrem com frequência na região. Ainda assim, muitas palafitas são inundadas nos períodos de cheia do Rio Negro, levando muitas pessoas a ficarem sem moradia.

Para atingir as metas de universalização no abastecimento de água tratada e na coleta e tratamento de esgotos, o Cliente terá que atender tanto as áreas urbanas formais quanto as informais. Em 2021 o Cliente já havia atingido um 98% de cobertura com o fornecimento de água tratada, estando muito próximo de alcançar a meta de universalização. Por outro lado, em 2022 a cobertura com sistemas de esgotamento sanitário se limitava a 27% da população. Por esse motivo, o principal desafio do Projeto será a ampliação da cobertura com sistemas de captação e tratamento de esgotos

² A Zona Franca de Manaus (ZFM) é uma área industrial criada como modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo com o objetivo de viabilizar uma base econômica na região amazônica, além de promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país. A ZFM é administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e compreende uma área total de dez mil quilômetros quadrados que inclui a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e seus arredores. Atualmente abriga cerca de 600 indústrias.

sanitários, especialmente nas áreas informais, onde tem sido implementadas abordagens criativas³ para levar as redes.

3.2 Riscos contextuais

A dinâmica urbana de Manaus determinou o surgimento de várias comunidades informais em diversas áreas da cidade. Nessas áreas a governança pública tende a ser precária ou mesmo inexistente. A atuação do Projeto nestas comunidades atrai riscos inerentes a essas áreas, como os riscos de violência, conflitos com criminosos, interrupções no acesso às comunidades determinadas por comandos locais e outros. Estes riscos são mapeados pelo Cliente e consolidados em uma Matriz de Levantamento de Riscos Sociais.

Para fazer face a estes riscos, o Cliente atua em base ao conceito de Licença Social para Operar, que consiste na construção de relação de confiança e diálogo com as comunidades e permissão para atuar no território. Antes da chegada de qualquer frente de obra ou intervenção nestas comunidades, sua equipe de Responsabilidade Social faz o mapeamento dos atores chave da comunidade e inicia um processo de engajamento e comunicação ativa com suas lideranças comunitárias e membros, divulgando informações sobre o Projeto.

Durante a operação dos sistemas de água potável ou esgotos, o engajamento e a proximidade da Companhia com lideranças comunitárias locais são fundamentais na prevenção e manutenção desta infraestrutura. Através de um canal de comunicação de mão dupla, as lideranças comunitárias podem informar com antecedência aos membros das comunidades sobre a entrada de equipes da Águas de Manaus (que sempre atuam no território uniformizadas) e, da mesma maneira, as lideranças informam à Companhia quando a sua entrada no território não é adequada, devido a fatores contextuais⁴.

A manutenção da Licença Social para Operar também depende de outros fatores, como a consistência na comunicação, a qualidade e eficiência na operação, e a oferta de serviços. Para isto, a Companhia implementa uma série de estratégias e programas sociais com ênfase nos seguintes temas: i) mapeamento, engajamento e comunicação ativa com partes interessadas e lideranças comunitárias, através do Programa Afluentes; ii) comunicação social, com captura e resposta consistente as queixas recebidas pelos canais de comunicação do Cliente⁵; iii) tarifa social⁶, que viabiliza o pagamento dos serviços do Cliente pelas famílias de baixa renda; e iv) fornecimento da

³ O Cliente desenvolveu um Projeto Piloto em parte de uma comunidade informal (“Beco do Nonato”) onde implantou um sistema de captação de esgotos casa a casa sem precisar executar grandes obras. Esse projeto foi premiado pela ONU e será replicado em outras comunidades informais, especialmente nas de palafitas.

⁴ Por exemplo, em casos de ocorrências de conflitos ou operações policiais.

⁵ Como parte do Programa Afluentes, as lideranças comunitárias têm contato direto com a equipe de Responsabilidade Social e podem encaminhar diretamente as queixas dos membros das comunidades. As queixas recebidas referentes a defeitos nas redes ou interrupções no fornecimento de água são rapidamente passadas às equipes no campo, que atuam prontamente para reparar os defeitos e reestabelecer o fornecimento de água.

⁶ O Cliente oferece diferentes modalidades de tarifa sociais a depender do grau de vulnerabilidade das famílias atendidas. Existe a tarifa social, a Tarifa Manauara e a Tarifa 10, que custa R\$ 10,00 (dez reais), facilitando assim a assimilação do Projeto nessas comunidades.

conta de água e esgoto⁷. Mediante esse conjunto de ações os riscos de trabalhar em comunidades informais dominadas pelo crime organizado são significativamente reduzidos.

Outros riscos contextuais do Projeto incluem o vandalismo e a afetação da infraestrutura devido à mudança climática. Com relação ao primeiro, o principal risco é a ruptura e furos em tubulações para o furto de água. Para fazer face a este risco o Cliente tem investido na ampliação das tecnologias de medição e na integração das informações em um Centro de Operações Integradas, onde perdas de água e de pressão são rapidamente detectadas e investigadas.

Com relação aos riscos climáticos, o Cliente, atento a possíveis impactos tem feito investimentos⁸ para assegurar o abastecimento de água durante o período de “vazante”⁹ do Rio Negro, em que o nível da água poderia atingir níveis inferiores à cota das bombas que captam água para abastecimento.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

O Cliente opera com o apoio de um Programa de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança, e o Programa Interage (descrito mais abaixo neste documento). O Projeto possui as devidas licenças ambientais dos ativos de saneamento que requerem licenciamento ambiental: 153 licenças ambientais ativas, que cobrem ETA, ETE, captação subterrânea, lançamento superficial, sistemas de abastecimento de água, captação superficial, sistemas de esgotamento sanitário e outras. As licenças ambientais são monitoradas mediante o sistema SE Suite¹⁰, visando o atendimento das condições específicas e das solicitações de renovação, para que estas sejam solicitadas em tempo hábil.

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

O Programa Interage que engloba 65 procedimentos e 130 instruções de trabalho voltadas para a gestão ambiental, social e de saúde e segurança. Alguns dos principais procedimentos em uso pelo Cliente incluem: i) comunicação e investigação de acidentes e incidentes ambientais; ii) diretrizes ambientais para captação, tratamento e distribuição de águas; diretrizes ambientais para o gerenciamento de efluentes; iii) elaboração do inventário de gases do efeito estufa; iv) gerenciamento de aspectos e impactos ambientais; v) gerenciamento de licenciamento ambiental;

⁷ Para muitas famílias vulneráveis, o fato de ter uma conta de água vinculada ao seu domicílio gera a possibilidade de inserção formal na economia, facultando, por exemplo, as compras a prazo. Esse benefício é reconhecido pelos residentes em comunidades vulneráveis.

⁸ Os investimentos consistem na implementação de sistemas complementares de captação de água que viabilizam a operação das Estações de Tratamento de Água (“ETA”) obtendo água de profundidades inferiores aos atuais níveis mínimos de captação das bombas do sistema fixo existente.

⁹ A vazante corresponde à redução do nível de água no Rio Negro. Em Manaus o período de vazante costuma ocorrer entre os meses de setembro e novembro, mas a sua intensidade é variável, dependendo das condições de pluviosidade.

¹⁰ O SE Suite (SoftExpert Excellence Suite) é um software que permite otimizar, automatizar e fortalecer processos de negócio de diferentes setores de forma integrada. O SE Suite é baseado no padrão BPMN (Business Process Model and Notation) e permite criar processos executáveis rapidamente, utilizando eventos, atividades, tarefas, decisões, linhas e outros elementos.

vi) gerenciamento de produtos químicos; vii) gerenciamento de resíduos sólidos; viii) gestão de sinistros; e ix) atendimento a emergências.

4.1.b Política

O Cliente segue a Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança da Holding, que contempla: i) objetivo; ii) aplicação; iii) referências; iv) definições; v) descrição; vi) anexos, e vii) registros. A política estabelece os compromissos nas áreas de meio ambiente e saúde e segurança ocupacional. No entanto, o Cliente preparará uma Política Integrada de Meio Ambiente, Social e de Saúde e Segurança específica para o Projeto que inclua também os compromissos com a área social.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

O Cliente utiliza um procedimento específico para o Gerenciamento de Riscos e Impactos Ambientais e prepara planilhas de identificação de aspectos e impactos ambientais para cada ativo do Projeto. Estas contemplam as atividades dos ativos, os aspectos ambientais, os impactos ambientais, os requisitos legais, os controles e planos de ação para gerenciar os impactos ambientais identificados. O Cliente revisará essas planilhas para incluir os eventuais impactos sociais e os riscos de saúde e segurança de cada ativo.

4.1.c.i Impactos e riscos diretos e indiretos

Os principais riscos e impactos negativos diretos e indiretos do Projeto estão associados ao momento de implantação das suas obras e, em menor grau, na operação dos ativos de saneamento. Estes incluem, entre outros: i) o reassentamento involuntário de famílias; ii) a possível contaminação dos solos e das águas; iii) eventuais interrupções do trânsito; iv) incremento de acidentes com trabalhadores e terceiros; v) alterações localizadas da qualidade do ar; vi) emissões de ruídos; vii) emissões de odores; viii) aumento da produção de resíduos sólidos, e ix) geração de empregos. Os impactos indiretos tendem a ser impactos positivos, tais como: i) despoluição de mananciais; ii) redução de enfermidades de veiculação hídrica; iii) geração de empregos indiretos, iv) melhoria da qualidade das águas em corpos receptores de efluentes; v) aumento do alcance de serviços de saneamento básico para comunidades vulneráveis; vi) inclusão de população desassistida nos sistemas de saneamento básico, entre outros.

4.1.c.ii Análise de alternativas

Além dos ativos existentes, já implantados, o Projeto prevê uma expansão focada principalmente na construção de ETE, EEE, coletores e interceptores de esgotos domésticos para garantir o atendimento da meta de universalização do serviço. Portanto, as obras das redes de esgotamento sanitário e de água devem se estender ao longo de toda a malha urbana e não requerem estudos de alternativas.

Contudo, no que se refere à construção de unidades maiores como ETE e EEE, uma análise preliminar de alternativas será realizada antes da tomada de decisão de localização de um ativo, a fim de evitar ou minimizar eventuais impactos não desejados (reassentamento involuntário, deslocamento econômico, impactos na biodiversidade ou no patrimônio cultural, entre outros).

Para atender a essa necessidade, o Cliente preparará um Procedimento de Análise Preliminar de Alternativas.

4.1.c.iii Análise de impactos cumulativos

A análise preliminar dos impactos cumulativos incluiu a seleção de quatro Componentes Socioambientais Valorizados (“CSAV”)¹¹: i) recursos hídricos; ii) biota aquática; iii) vetores de enfermidades transmitidas pela água; e iv) saúde pública. Devido a que o Projeto vai se desenvolver principalmente em meios previamente alterados pela presença humana (basicamente em localidades urbanas), os projetos incluídos na análise de impactos acumulativos são obras urbanas cujo impacto agregado não é material.

4.1.c.iv Riscos de gênero

O Código de Conduta da Holding estabelece a tolerância zero ao assédio moral e sexual em suas unidades de negócio ou em qualquer local em que estejam presentes seus colaboradores; também expressa a tolerância zero a discriminação na contratação, na remuneração, ao acesso aos treinamentos, na promoção e demissão ou aposentadoria baseados em raça, etnia, casta, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, filiação sindical ou política. A Holding também conta com uma Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual, aplicável a todas as suas empresas, inclusive Águas de Manaus, que estabelece as diretrizes referentes a identificação e descrição de diferentes formas de assédio, assim como orientações gerais para denúncias e gestão do tema.

O Canal de Ética recebe denúncias através de linha telefônica ou por um formulário on-line, permitindo o anonimato, e, em qualquer caso, garantindo a confidencialidade durante todo o processo de investigação. O resultado deste processo pode implicar em medidas disciplinares, em conformidade com Política de Consequências e Medidas Disciplinares. Em casos de denúncias referentes a assédio ou discriminação, desde 2023, a Companhia também disponibiliza um Canal de Acolhimento, no qual oferece atendimento especializado as vítimas por profissionais qualificados da área de psicologia.

Com relação a participação e representação de mulheres, atualmente 10% dos cargos de liderança da Companhia são ocupados por mulheres. O Cliente tem estabelecida a meta de 45% de mulheres em cargos de liderança até 2029, alinhada¹² com as metas estabelecidas pela Holding.

O Cliente também visa promover a igualdade de gênero nas comunidades onde atua, implementando programas de responsabilidade social com foco em geração de renda e capacitação a mulheres. Por exemplo, o Programa Mãos à Obras oferece capacitações gratuitas à população

¹¹ Componentes Socioambientais Valorizados são atributos ambientais e sociais considerados importantes. Eles podem ser: i) características físicas; ii) habitats; iii) populações de animais selvagens; iv) serviços ecossistêmicos; v) processos naturais (água, ciclos de nutrientes e microclima); vi) condições sociais (saúde, econômicas etc.) ou valores culturais. Guia Prático para Avaliação e Gestão de Impactos Acumulativos na América Latina e no Caribe. BID Invest, 2022.

¹² A Aegea Saneamento emitiu um Título vinculado a metas ESG com três metas i) redução do consumo de energia em 15% medido em kWh/metro cúbico; ii) aumento de 32% para 45% de mulheres em condição de liderança, e iii) aumento de 17% para 27% de negros ocupando posições de liderança.

local em hidráulica e realizou, em 2023, três turmas exclusivas a mulheres, visando capacitá-las ao mercado de trabalho neste setor, incluso a prestação de serviços domiciliares hidráulicos. Outros programas são realizados com instituições parceiras. Entre estes está o programa “Ela Pode”, desenvolvido em parceria com o Instituto Rede Mulher Empreendedora, que realiza jornadas gratuitas de capacitação para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que inclui oficinas em diferentes áreas de empreendedorismo, finanças de negócio e pessoais, ferramentas digitais, liderança, entre outros.

A Companhia também busca garantir a participação de lideranças femininas no Programa Afluentes e seus processos de comunicação e engajamento com as comunidades. Atualmente, do total de lideranças comunitárias mapeadas, 38% são mulheres.

4.1.c.v Exposição às mudanças climáticas

A análise dos riscos de exposição às mudanças climáticas indicou que risco de seca não é indicado no modelo climático, mas prevê-se que aumente a um nível moderado com as alterações climáticas. Esta condição é agravada pelas ondas de calor atuais e projetadas nos cenários de emissões futuras. Além disso, a tendência média anual da precipitação no período 1979-2022 mostra uma ligeira tendência para condições mais secas. Estes efeitos poderão materializar-se em dificuldades no atendimento das demandas de água, no funcionamento das instalações ou a qualidade ou nível de prestação dos serviços a médio e longo prazos.

O Cliente está implementando um Plano de Ação que visa assegurar a captação de água no Rio Negro (responsáveis pelo fornecimento de 80% das necessidades de água tratada em Manaus) nas 2 ETA situadas na Ponta do Ismael (“PDI”) em caso de quedas muito acentuadas do nível do rio. Mediante esse plano, se houver queda no nível das águas do rio abaixo do nível mínimo do sistema fixo de captação, barcas equipadas com bombas serão acionadas e deslocadas para pontos mais profundos do rio e serão conectadas ao sistema de captação existente mediante tubulações especialmente projetadas. No caso de uma queda de nível do rio que comprometa a operação das bombas fixas, o Projeto estará preparado para ativar o sistema de captação emergencial.

Por outro lado, o risco de inundação está presente em algumas áreas do sul e leste da área do Projeto, nos bairros mais próximos da divisa do Rio Negro e seus córregos. Eventos de cheias e inundações podem danificar as atuais infraestruturas gerando perturbações no serviço. Dada essa exposição a riscos naturais e a sensibilidade da atividade, o Cliente preparará um Programa de Gestão dos Riscos e Impactos da Mudança Climática, focado em ações de previsão, hierarquização e adaptação da infraestrutura de saneamento.

O Projeto é considerado alinhado ao Acordo de Paris com base em uma análise conduzida de acordo com a Abordagem de Implementação do Alinhamento de Paris do Grupo BID.

4.1.d Programas de gestão

O Cliente utiliza o Programa Interage, formado por 65 procedimentos de gestão, dentre os quais se destacam: i) comunicação e investigação de acidentes e incidentes ambientais; ii) diretrizes ambientais para captação, tratamento e distribuição de águas; diretrizes ambientais para o

gerenciamento de efluentes; iii) elaboração do inventário de gases do efeito estufa; iv) gerenciamento de aspectos e impactos ambientais; v) gerenciamento de licenciamento ambiental; vi) gerenciamento de produtos químicos; vii) programa de gerenciamento de resíduos sólidos; viii) gestão de sinistros; ix) plano de atendimento a emergências e outros procedimentos.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

O Projeto conta com equipes dedicadas de meio ambiente, responsabilidade social e de saúde e segurança. O time de meio ambiente, saúde e segurança é formado por 19 profissionais, incluindo: i) um gerente; ii) dois médicos; iii) um técnico de enfermagem; iv) um analista administrativo; v) um analista de meio ambiente; vi) um analista de qualidade; vii) cinco assistentes administrativos; viii) dois auxiliares administrativos; e ix) cinco técnicos de segurança do trabalho. O time de responsabilidade social é formado por 13 profissionais, incluindo: i) um gerente; ii) um coordenador de responsabilidade social; iii) um especialista de responsabilidade social; iv) dois analistas de responsabilidade social sênior; v) um analista de responsabilidade social pleno; vi) quatro analistas de responsabilidade social júnior; vii) um assistente; viii) um auxiliar; e ix) um jovem aprendiz.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

O Cliente conta com um Plano de Atendimento à Emergência (“PAE”) estruturado nos seguintes itens: i) objetivo; ii) referências; iii) definições; iv) responsabilidades; v) orientações a serem seguidas ao identificar a ocorrência; vi) ações imediatas à emergência; vii) cenários aplicáveis; viii) atendimento pelo setor socioambiental; ix) atendimento pelo setor de comunicação; x) comunicação; xi) recomendações, xii) anexos; e xiii) responsável pela elaboração.

O PAE cobre 27 cenários de emergências, sendo os principais: i) atropelamento; ii) incêndio e explosão; iii) atividades e trabalhos em altura; iv) atividades em espaços confinados; v) inundações e enchentes; vi) rompimento de adutoras de grandes diâmetros; vii) vazamento de produtos químicos; viii) choque elétrico; e ix) desabamento de taludes ou fechamento de valas em construção.

Desde o início da concessão em 2018, foram reportadas 561 ocorrências de sinistros¹³. Deste total, 58% corresponde a vazamentos da rede de distribuição, 24% a vazamentos nos ramais de ligação e 18% a outros (acidentes de frota, deslizamento de talude contemplado no Projeto, etc.).

4.1.g Monitoramento e análise

A Companhia possui um Centro de Controle Operacional (“CCO”) que possibilita o monitoramento remoto e em tempo real das operações, detecta situações anômalas e direciona as equipes de manutenção para acionar respostas e ações corretivas de maneira rápida e eficiente, inclusive em casos de emergências. A automação dos sistemas é crescente e permite o controle remoto e ações como abertura e fechamento de válvulas, acionamento de bombas etc.

¹³ O cliente define sinistros como: materialização do risco, de qualquer evento em que um bem sofre um acidente ou prejuízo material, pessoal, de responsabilidade ou danos a terceiros. Incidente ou acidente envolvendo município ou funcionário, geralmente acompanhado de danos diretos a bens móveis ou imóveis.

O Cliente contrata empresas para realizar auditorias interna e externa do sistema de gestão de saúde e segurança. Além das auditorias, as equipes de meio ambiente, saúde e segurança realizam inspeções de frentes de obra e geram Listas de Verificação (“LV”), onde são apontados desvios e solicitadas correções.

Para o monitoramento da qualidade da água tratada e do efluente são realizadas mais de 28.000 análises físico-químicas por mês em uma rede de amostragem com 640 pontos de coleta de amostras. A Companhia realiza análises diárias de parâmetros organolépticos¹⁴ e terceiriza as análises mais complexas com laboratórios certificados¹⁵. Quando são detectados desvios, são investigadas as causas e são implementados planos de ação para eliminar as anomalias.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

Como parte de sua estratégia de obtenção da Licença Social para Operar, a Companhia implementa o Programa Afluentes. Este programa, focado no mapeamento e na comunicação com lideranças locais, formais e informais, de comunidades locais; tem como objetivo estabelecer um canal aberto de comunicação e construir uma relação de confiança com a sociedade. O programa é executado de forma contínua, durante todas as etapas prévias, e de implementação, operação e manutenção do Projeto.

A partir do contato inicial com as lideranças comunitárias locais, a equipe de Responsabilidade Social do Cliente inicia seu processo de aproximação direta com a comunidade, onde apresenta e compartilha as informações sobre o Projeto, esclarece dúvidas, e captura sugestões e demandas. Estas atividades são realizadas por meio de reuniões comunitárias, ou em visitas a cada família da comunidade. Até hoje, o Cliente possui cerca de 1.300 lideranças comunitárias mapeadas, das quais 780 são consideradas ativas.

A equipe de Responsabilidade Social e o Programa Afluentes têm um papel chave na coordenação e planejamento de atuação do Projeto. As equipes técnicas, encarregadas de realizar as atividades de obra, implementação e manutenção das redes de água e esgoto, assim como construção e reformas de estação de tratamento de água e esgoto, estão em constante coordenação e comunicação com a equipe de Responsabilidade Social, para receber a autorização de entrada no território e coletar informação sobre os melhores dias e horários de atuação, visando reduzir o impacto às comunidades e vizinhanças.

Adicionalmente, a Companhia implementa uma série de programas e atividades de responsabilidade social, que visam gerar um impacto positivo na sociedade, principalmente nas comunidades vulneráveis onde atua. Entre estes, inclui-se: i) o Programa Saúde Nota 10, que atua em escolas de Ensino Infantil, Fundamental I e II e Ensino Médio, com professores, diretores, alunos e familiares, promovendo atividades educativas e lúdicas de educação ambiental e a conscientização sobre saneamento básico, o uso consciente da água, e a destinação correta de esgoto e de resíduos; ii) o Programa Água na Boca, que oferece cursos gratuitos de culinária e manipulação de alimentos para pessoas de comunidades que já trabalham informalmente no ramo;

¹⁴ Cor, turbidez, cloro, flúor.

¹⁵ Laboratórios certificados pela Norma ISO 17.025.

e iii) o Projeto Jovens Pioneiros, que recruta adolescentes de escola da rede pública de regiões periféricas, para envolvê-los em um programa educacional que atinge temas relacionados com o setor de água e saneamento e a atuação da Águas de Manaus, realiza palestras com colaboradores, e oferece orientação na construção de projetos para solução de problemas com temáticas socioambientais; dentre outros.

4.1.h.i Divulgação de informações

O Programa Afluentes é um dos principais meios de divulgação de informação às comunidades. Através do contato direto com as lideranças comunitárias, o Cliente é capaz de comunicar rapidamente as comunidades referentes a qualquer tema pertinente ao Projeto, incluindo aqueles referentes a obras, manutenções, suspensão de serviços (planejados e emergenciais), projetos e atividades de responsabilidade social, entre outros. Uma vez comunicadas, as lideranças comunitárias se encargam de compartilhar a informação com seus representados. De maneira geral, esta divulgação ocorre via WhatsApp, pessoalmente, ou, conforme aplicável, através de realização de reuniões comunitárias.

Adicionalmente, a equipe de Comunicação do Cliente se encarrega de veicular informações referentes a Companhia para diferentes públicos e diferentes meios de comunicação (redes sociais; panfletos e cartazes locais; e rádios comunitárias locais), a depender do objetivo da informação e da estratégia de comunicação.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

A Companhia possui canais de comunicação externa e atendimento ao cliente, disponíveis por 24 horas, todos os dias da semana. Os canais de comunicação disponíveis incluem: i) linha telefônica gratuita; ii) WhatsApp; iii) e-mail; e iv) uma plataforma on-line de Ouvidoria, específica para o recebimento de queixas. Os canais de comunicação são divulgados nas faturas de conta de água e em mídias sociais. Uma vez recebida queixas ou reclamações, estas são encaminhadas aos setores internos da Empresa, de acordo com o conteúdo da solicitação.

Com o objetivo de aproximar e melhorar a comunicação às comunidades atendidas pela Companhia, é oferecido atendimento personalizado as lideranças comunitárias, particularmente as mais vulneráveis que poderiam ter mais dificuldade em acionar os canais tradicionais de comunicação utilizando o WhatsApp, disponível 24h. Através deste canal, as lideranças podem apresentar suas queixas e demandas, no qual a equipe de Responsabilidade Social prontamente aciona as equipes internas, conforme aplicável, para sua resolução prioritária.

A Holding conta ainda com um Canal de Ética, disponível a colaboradores, fornecedores, clientes e partes interessadas externas, que recebe alegações em relação a ocorrência ou suspeita de atividades que violem o Código de Conduta e a legislação vigente no Brasil. Todas as denúncias são tratadas de forma confidencial e podem ser recebidas de maneira anônima. O canal também conta com uma linha de telefone gratuita e de atendimento on-line através do site da AEGEA. As alegações recebidas são recebidas por uma empresa independente e são direcionadas ao Comitê de Ética e ao Comitê de Investigação, e tratadas em conformidade a Política do Canal de Ética e a Política de Conseqüências e Medidas Disciplinares.

4.2 Condições de emprego e trabalho

4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

A Companhia conta com Instruções Normativas que regem os diferentes aspectos relacionados a gestão de recursos humanos, incluindo: i) Gestão de Recrutamento e Seleção; ii) Gestão de Integração; iii) Gestão de Cargos e Salários; iv) Gestão de Benefícios; v) Gestão de Transferência de Colaborador; vi) Política de Participação de Lucros e Resultados; e vii) Gestão de Desligamentos de Pessoas. A Holding possui, ainda, um Código de Conduta que expressa os princípios e diretrizes a serem observados por todas as empresas da AEGEA e seus colaboradores. O código cobre, entre outros aspectos, as diretrizes relacionadas as condutas éticas e anticorrupção; meio ambiente, saúde e segurança do trabalho; e assédio moral e sexual.

O Cliente desenvolverá e adotará uma Política de Recursos Humanos própria que consolidará os principais aspectos relacionados a gestão de recursos humanos, os procedimentos de contratação e de gestão de recursos humanos seguindo as diretrizes estabelecidas pelas Instruções Normativas.

4.2.a.ii Condições de trabalho e de termos de emprego

A Companhia possui, atualmente, um total de 1.125 colaboradores diretos, do qual 23% são mulheres. Os colaboradores são contratados em conformidade com as disposições da legislação trabalhista brasileira, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”). O Cliente possui jornadas trabalhistas diurnas e noturnas, de 40 horas semanais, sendo 9 horas de trabalho de segunda a quinta-feira, e jornada reduzida de 7 horas nas sextas feiras.

A Companhia oferece aos seus colaboradores benefícios de vale-alimentação; vale-transporte; plano de saúde médico e dental; seguro de vida; auxílio creche; auxílio natalidade; e parcerias com plataformas de bem-estar e exercícios físicos (Zenklub¹⁶ e Gympass¹⁷).

As condições de salários, benefícios e procedimentos de demissão estão formalmente especificadas nas Instruções Normativas da Aegea Saneamento, incluindo os procedimentos de: i) Gestão de Cargos e Salários; ii) Gestão de Benefícios; e iii) Gestão de Desligamento de Pessoas.

4.2.a.iii Sindicatos de trabalhadores

A Companhia reconhece o direito de colaboradores de se filiarem as organizações sindicais, conforme previsto na CLT e na Constituição Federal do Brasil. Atualmente, 56% dos colaboradores são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Amazonas.

¹⁶ Zenklub é uma plataforma especializada em saúde emocional para empresas que oferece programas de: i) terapia online, nutrição, coach e outras especialidades; ii) diagnóstico e análise de comportamento; e iii) treinamento e desenvolvimento para times e lideranças.

¹⁷ Gympass é um aplicativo de fitness e bem-estar para empresas, que fornece acesso diário a milhares de ginásios e estúdios em todo o mundo com apenas uma assinatura mensal

4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

O Cliente implementa o Programa Respeito Dá o Tom, uma iniciativa estabelecida pela Holding, que visa incentivar a contratação e o desenvolvimento de pessoas negras e mulheres, e o aumento da diversidade em cargos de liderança. O Programa inclui atividades de conscientização e sensibilização de colaboradores, como palestras e rodas de conversas, com intuito de promover a diversidade e a igualdade racial.

A Companhia também está regida pelo Código de Conduta. O código possui, entre outros, um capítulo de “Ambiente de Trabalho e Desenvolvimento Profissional”, no qual expressa a tolerância zero a discriminação baseada em raça, etnia, casta, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, filiação sindical ou política nos procedimentos de contratação, remuneração, acesso aos treinamentos, promoção, demissão ou aposentadoria.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares do Patrocinador estabelece os procedimentos internos de investigação de alegações e de aplicação de medidas disciplinares, em caso de violação do Código de Conduta.

4.2.a.v Redução de pessoal

Uma vez concluída a fase de obras do Projeto, os colaboradores encarregados das atividades de obra e construção poderão ser alocados em equipes administrativas ou operacionais, conforme seu desempenho. Os trabalhadores terceirizados contratados cujas principais funções estão relacionadas as atividades de obras, serão relocados pelos subempreiteiros a outros projetos.

No final do período de concessão, as atividades do Projeto serão assumidas pelo órgão concedente, o Município de Manaus. Estima-se que parte dos colaboradores que trabalham na concessão seja absorvida pelo município e outra parte seja transferida a outras empresas da Holding, conforme Instrução Normativa de Gestão de Transferência de Colaboradores¹⁸ da Aegea Saneamento.

4.2.a.vi Mecanismo de reclamação

O único meio que Águas de Manaus possui para o atendimento a queixas, dúvidas ou reclamações é o Canal de Ética, que atende somente alegações em relação a ocorrência ou suspeita de atividades que violem o Código de Conduta da Aegea Saneamento e a legislação vigente no Brasil. Consequentemente, o Cliente desenvolverá e adotará um mecanismo de reclamação que permita a captura, o processamento e a resolução de queixas, dúvidas y reclamos de seus colaboradores diretos e terceirizados

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

Os colaboradores da Companhia e seus trabalhadores terceirizados têm garantido seus direitos trabalhistas em conformidade a legislação trabalhista vigente estabelecida pela CLT. O Código de

¹⁸ Esta Instrução prevê os procedimentos, critérios e diretrizes para a transferência de colaboradores entre Empresas do grupo, priorizando a os colaboradores de nível especialista, coordenação, gerência e diretoria, e mão de obra local.

Conduta expressa a não tolerância ao trabalho infantil ou escravo, aplicável não somente aos colaboradores, mas também aos fornecedores e parceiros de negócio.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

O Cliente cumpre com as normativas nacionais na área de saúde e segurança, especialmente com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil¹⁹. Os trabalhadores são capacitados de acordo com as suas respectivas exposições aos riscos ocupacionais.

O Cliente conta com diversos procedimentos de saúde e segurança incluindo: i) afastamento e trabalho restrito; ii) análise preliminar de riscos; iii) exames médicos e ocupacionais; iv) instruções para trabalho em altura; v) gerenciamento de equipamentos de proteção individual; vi) procedimento para serviços de escavação; vii) procedimento para serviços em espaços confinados; viii) levantamento de perigos e análise de risco; ix) premissas de saúde e segurança para empresas contratadas; x) permissão de trabalho; xi) movimentação de cargas; e xii) operação e manutenção de vasos de pressão e unidades de processo.

O Cliente monitora e estabelece metas de saúde e segurança. Para 2023 a meta de acidentes foi estabelecida como a taxa de frequência ("TF")²⁰ de 7,34, inferior à taxa de frequência registrada em 2022 de 7,8. O resultado em 2023 alcançou uma TF de 5,5 atendendo à meta estabelecida. Sendo assim, uma nova meta foi estabelecida para 2024 a saber: uma TF de 5,2.

Em 2024 houve o registro de uma fatalidade: um trabalhador entrou em uma trincheira para pegar uma ferramenta e esta colapsou, causando o seu falecimento. Este acidente gerou uma discussão e um plano de ação a nível corporativo para evitar reincidências.

4.2.d Provisões para pessoas com deficiência

A legislação brasileira²¹ exige que toda empresa com mais de mil colaboradores destine pelo menos 5% de vagas a pessoas com deficiência ("PCD"). Atualmente, o Cliente possui 52 PCDs, o que representa cerca de 4.6% do total de colaboradores.

A Instrução Normativa de Inserção de Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais da Holding: i) prevê o cumprimento da legislação brasileira de criação de vagas reservadas a PCD; ii) estabelece estratégias de recrutamento, critérios e procedimentos de seleção e contratação destas pessoas; e iii) exige que seja assegurado a estes colaboradores a acessibilidade e adequação das condições e do ambiente de trabalho, a saúde e segurança ocupacional, e a inclusão nas formas de evacuação definidas no Plano de Atendimento a Emergência da unidade.

¹⁹ As Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são um conjunto de disposições e procedimentos técnicos que estabelecem padrões mínimos de segurança e saúde para os trabalhadores em diferentes setores de atividade. As NRs definem as obrigações, direitos e deveres que empregadores e trabalhadores devem cumprir para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável

²⁰ A Taxa de Frequência (TF) é calculada ao multiplicar o número de acidentes com afastamento por um milhão, dividindo o total pelo quantitativo de horas trabalhadas no período avaliado.

²¹ Lei No. 8.213 de 24 de julho de 1991.

4.2.e Trabalhadores terceirizados

O Cliente conta atualmente com 692 trabalhadores terceirizados²², contratados através de 30 empresas fornecedoras de mão de obra. A principal função destes inclui a implementação e manutenção de redes de água e esgoto; ligações domiciliares de água e esgoto; recomposição de pavimentação asfáltica; segurança patrimonial; e limpeza; entre outros.

A Companhia implementa a Instrução Normativa de Premissas de Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente para Empresas Contratadas e Prestadoras de Serviços, que estabelece os requisitos obrigatórios que devem ser apresentados pelas empresas contratadas, a fim de verificar o cumprimento da legislação trabalhista e de requerimentos e capacitações de saúde e segurança. De acordo com a atividade a ser exercida, a Companhia também requer a apresentação de análises de riscos e programas de prevenção de riscos ambientais. A fim de assegurar a correta implementação destes requerimentos, o Cliente realiza inspeções regulares em campo.

Para os colaboradores terceirizados que vão a trabalhar nas áreas administrativas e operativas, a Companhia também requer que as empresas terceiras ofereçam benefícios como vale alimentação e plano de saúde a seus funcionários.

4.2.f Cadeia de abastecimento

A gestão de fornecedores é regida pelas Instruções Normativas da Aegea Saneamento referentes a: i) Cadastro de Fornecedores e Clientes; ii) Pagamento de Fornecedores; e iii) Política de Relação com Parceiros de Negócio. Todos os fornecedores são cadastrados através de uma plataforma on-line interna e submetidos a uma Due Diligence de Integridade (“DDI”) ao serem cadastrados. Há também controle de qualidade dos materiais utilizados nas obras e dos equipamentos de proteção individual e uniformes.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

O consumo total de energia do Projeto em 2023 foi de 195.894,95 kW/h, que abasteceram 259 unidades consumidoras. Deste consumo, 72,3 % é obtido no Mercado Livre de Energia do Brasil (“MLE”)²³ e 27,7% no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)²⁴. O Cliente está implementando um Plano de Eficiência Energética mediante o qual visa aumentar a captação de energia no MLE para 93,6% e incluir no mix geração distribuída, com participação de até 2,2% das necessidades da Companhia e reduzindo o consumo do ACR para 4,2 % do consumo total. Mediante a migração para

²² Dados obtidos com base no sistema SERTRAS, ferramenta de gestão contratual recentemente implantada pelo Cliente.

²³ O Mercado Livre de Energia (ACL) é um ambiente competitivo de negociação de energia elétrica no Brasil. Neste ambiente, os consumidores podem negociar diretamente com geradores e comercializadores para estabelecer condições contratuais personalizadas. Nesse mercado, toda a energia contratada pelo Cliente provém de fontes renováveis.

²⁴ O Ambiente de Contratação Regulada (ACR) é um segmento do mercado de energia elétrica onde as operações de compra e venda são realizadas entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação. O ACR também é conhecido como mercado regulado ou mercado cativo. No ACR, os consumidores compram energia exclusivamente da distribuidora local e são chamados de consumidores cativos. No ACR a energia provém de fontes renováveis e não renováveis.

o MLE, o Cliente reduziu os seus custos com energia em 40,8 milhões de reais em 2022 e com a progressão do plano, esta economia deve aumentar ainda mais. Outra vantagem do uso do MLE é que o Cliente seleciona apenas fontes de energia renováveis, contribuindo assim para a redução de emissões de gases do efeito estufa (“GEE”).

O Cliente estabeleceu uma parceria com a companhia Brasol, que opera uma usina solar, para o fornecimento de energia (Geração Distribuída), contribuindo assim para aumentar o mix de energia renovável e reduzir ainda mais os custos da energia. A usina fotovoltaica está situada em Manaus e possui potência instalada de 2,55 MWp.

4.3.a.i Gases do efeito estufa

As emissões de GEE do Cliente para os Escopos 1 e 2 em 2022 foram de 34.584,69 tCO₂eq/ano e 7.982,61 tCO₂eq/ano, respectivamente.

As principais iniciativas em curso para a redução das emissões de GEE incluem o Programa de Eficiência Energética e o Tratamento dos gases das ETE com tratamento anaeróbio. Mediante a migração para o MLE na Companhia, as emissões do Escopo 2 foram reduzidas de 7.962,61 tCO₂e para 356,40 tCO₂e. Outra iniciativa é na implementação nas ETE que utilizam tratamento anaeróbio (onde há geração de GEE) de sistemas de tratamento de gases mediante uma câmara de stripping, que possibilita a remoção de parte dos gases arrastados pelo efluente do tratamento anaeróbio. A câmara remove os gases através de filtros do tipo torre de absorção, reduzindo assim as emissões para a atmosfera.

O Cliente apresentará relatórios anuais com as emissões de GEE e projeções das emissões para o ano subsequente.

4.3.a.ii Consumo de água

O volume total de água captada para tratamento pela Holding em 2021 e 2022 foi de 922.353,5 milhões de litros (“ML”) e 1.969.811,4 ML respectivamente. Por outro lado, os consumos de água nesses dois anos foram de 973 e 2.421 ML, respectivamente. Os incrementos entre esses dois anos se devem à entrada da Concessão dos Blocos 1 e 4 da Águas do Rio.

Um tema fundamental neste tipo de operação é a gestão de perdas de água tratada. O Cliente recebeu a concessão com um perdas de 59,78 % e está trabalhando para reduzir esse percentual de forma contínua. O percentual de perdas projetado para 2024 está em 52,90% e o objetivo é chegar a 39,80% até o final do período de concessão. Para isso, o Cliente está implementando um programa de redução de perdas estruturado nas seguintes atividades: i) setorização do abastecimento mediante a criação de 280 Distritos de Medição e Controle (“DMC”); ii) implantação de 370 válvulas redutoras de pressão (“VRP”); iii) macromedição nos DMC e reservatórios; iv) pesquisa ativa de vazamentos utilizando geofones; vi) substituição de ramais de redes com histórico de vazamentos; vii) renovação do parque de hidrômetros (micromedição) para reduzir perdas aparentes; e viii) uso do CCO para detecção rápida de anomalias incluindo perdas de pressão associadas a vazamentos. O programa estabeleceu a meta de reduzir o índice de vazamentos de 1,62 vazamentos/km de rede

para 0,80 vazamentos/km de rede até o final do período de concessão. O Cliente apresentará um relatório anual do Programa de Controle de Perdas.

A provisão de água potável é um dos principais objetivos do Projeto. Para assegurar o atendimento da norma de potabilidade o Cliente realiza monitoramento regular da água tratada em vários pontos do sistema de tratamento. As amostras são coletadas na saída das ETA, na rede de distribuição e nos reservatórios e encaminhadas para análises físico-químicas. Uma parte das análises é realizada nos laboratórios da Companhia, mas o exame da norma de potabilidade²⁵ é encaminhado a laboratórios externos credenciados.

Até hoje, o conjunto de laudos de análise de amostras abrangendo todo o sistema de distribuição, não mostra nenhuma violação dos padrões de potabilidade. No entanto, o Cliente apresentará regularmente laudos de análise que comprovem o atendimento aos requisitos da portaria de potabilidade.

4.3.b Prevenção da poluição

Um dos grandes benefícios de projetos de saneamento básico é o controle da poluição hídrica mediante a coleta e tratamento de esgotos domésticos. Atualmente a cobertura dos sistemas de tratamento é de 27%, estando programada a expansão para 90% até 2033.

A análise da eficiência²⁶ de remoção de carga orgânica das 3 ETE com maiores vazões²⁷ antes e após o tratamento foi realizada. As taxas médias²⁸ remoção de carga orgânica foram de: i) 83,07% na ETE Educandos; ii) 88,40 % na ETE Timbiras e iii) 79,31% na ETE Viver Melhor 1. Os resultados demonstram que essas ETE possuem uma eficiência satisfatória na remoção da carga orgânica.

Os efluentes tratados também são regularmente avaliados no aspecto qualitativo para verificar o atendimento dos requisitos da legislação local²⁹ e requisitos das licenças ambientais. Até hoje, apesar de alguns registros pontuais mostrarem pequenas violações do padrão, a grande maioria dos resultados é satisfatória. Para tratar os desvios o Cliente possui um procedimento de avaliação de anomalias, que exige a preparação de planos de ação para corrigi-los. O Cliente apresentará relatórios demonstrativos da eficiência das ETE.

4.3.b.i Resíduos

O Cliente implementa Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”) nos ativos de saneamento, onde para cada unidade, é feito o inventário dos resíduos, são disponibilizadas instalações para o armazenamento temporário e é feita a segregação na fonte. Os resíduos são destinados a empresas licenciadas para disposição final ambientalmente segura, incluindo resíduos

²⁵ Portaria GM/MS Nº 888/2021.

²⁶ A eficiência foi avaliada em termos das taxas percentuais de remoção de carga orgânica, usando como indicador o parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO).

²⁷ As 3 ETE com as maiores vazões operadas atualmente pela Companhia incluem: i) ETE Educandos, com vazão de 129.000 m³/dia; ii) ETE Viver Melhor 1 com vazão de 191.647 m³/dia e iii) ETE Timbiras com vazão de 19.872 m³/dia.

²⁸ Foram utilizados laudos de monitoramento do efluente bruto e tratado de 2022 e 2023.

²⁹ Resolução CONAMA Nº 430/2011.

perigosos. Todo o processo é documentado mediante Manifestos de Transporte de Resíduos (“MTR”) e Certificados de Destinação Final (“CDF”).

O tratamento de água e de efluentes domésticos produz como principal resíduo o lodo do tratamento. Atualmente, todo o lodo produzido nas ETE é reciclado, sendo encaminhado como insumo para a ETE Timbiras, de maneira que atualmente não há envio de lodo para aterros sanitários. O lodo resultante do tratamento de água também se constitui em um poluente potencial. Para controlar esta fonte de contaminação, o Cliente está construindo uma planta para o tratamento³⁰ do lodo gerado nas 2 ETA situadas na Ponta do Ismael (PDI)³¹, visando o tratamento e a disposição ambientalmente segura do lodo tratado.

O Cliente apresentará como registros de execução dos PGRS das unidades operacionais, bem como informes de progresso sobre o sistema de tratamento do lodo da ETA PDI, incluindo o gerenciamento e destinação final do lodo tratado.

4.3.b.ii Gerenciamento de materiais perigosos

Os resíduos perigosos gerados nas operações da Companhia incluem principalmente: i) lâmpadas fluorescentes; ii) equipamentos eletrônicos (telefones, impressoras, carcaças de toner e eletrônicos); iii) pilhas e baterias; iv) óleo lubrificante; v) produtos químicos vencidos; e vi) embalagens de produtos químicos. Estes resíduos são armazenados temporariamente nas unidades e destinados a empresas autorizadas e capacitadas para o processamento de resíduos perigosos, nos termos dos PGRS das unidades operacionais.

4.3.b.iii Uso e Manejo de pesticidas

O uso de pesticidas na Companhia está restrito ao combate de pragas e vetores de enfermidades nas unidades operacionais. Para controlar os riscos dessa atividade o Cliente editará o procedimento de Gerenciamento de Produtos Químicos ou criará um procedimento para incluir a proibição expressa da aquisição e utilização de pesticidas e substâncias químicas da Classe Ia (extremamente perigoso) ou Ib (altamente perigoso) citados na Lista de Classificação de Pesticidas de Acordo com o Dano da Organização Mundial da Saúde (“OMS”)³².

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

Os principais riscos e impactos potenciais do Projeto na saúde e segurança da comunidade incluem, entre outros: i) restrições temporárias de acesso a propriedades de terceiros durante as obras; ii) incômodo de terceiros com ruídos e poeira nas proximidades das obras; iii) interferências no

³⁰ A implantação do sistema de tratamento do lodo das ETA PDI faz parte de um Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público de Manaus.

³¹ As ETA PDI são responsáveis pelo atendimento de 80% da demanda de água tratada em Manaus.

³² International Programme of Chemical Safety (IPCS). The WHO Recommended Classification of Pesticides by Hazard and Guidelines to Classification: 2009. 2010.

trânsito durante obras; iv) aumento do risco de acidentes com terceiros no entorno das zonas de obra; v) contaminação ou inundação de vias públicas em caso de rompimento de tubulações de esgoto ou de água tratada; vi) riscos de segurança das equipes do Cliente gerados por terceiros em comunidades vulneráveis; vii) riscos de exploração sexual de pessoas vulneráveis nas zonas de obra, dentre outros; viii) incômodo de terceiros com odores no entorno de ETEs e EEE; e ix) incômodos de terceiros com ruídos no entorno de ETA, ETE e estações de bombeamento de água tratada e esgotos.

4.4.a.i Elaboração e segurança da infraestrutura e dos equipamentos

Os principais riscos e impactos com potencial de afetação das comunidades estão associados às obras de expansão e manutenção de redes, e a construção e manutenção de ETA, ETE e estações de bombeamento. A operação dos ativos traz um rol de riscos e impactos mais limitados, dado que as redes de tubulações são subterrâneas, os ativos possuem acesso controlado, emitem baixos níveis de ruído e odores.

Para tratar dos riscos e impactos socioambientais associados com obras, a Companhia preparou um Plano de Gestão Ambiental e Social de Obras e Tráfego. Este documento contempla; i) orientações para sinalização e isolamento de áreas; ii) critérios e padrões para sinalização e demarcação de zonas de obras; iii) critérios e padrões para sinalização de tráfego pedestre e veicular; iv) descritivo dos materiais de sinalização; v) requisitos de qualificação de trabalhadores; vi) critérios de posicionamento, espaçamento da sinalização; vii) requisitos para obtenção de autorização para os trabalhos; viii) requisitos de acompanhamento das obras pelas equipes da Companhia; ix) procedimentos em caso de acidentes de trânsito; x) procedimentos de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes; xi) responsabilidades do plano de gestão de resíduos; xii) caracterização, manuseio, armazenamento e destinação final dos resíduos; xiii) procedimentos de gestão de efluentes líquidos; xiv) controle de emissões atmosféricas; xv) educação e sinalização ambiental da obra; e xvi) ações de comunicação e medidas de mitigação de impactos na comunidade local.

Os riscos de segurança da equipe do Cliente durante os trabalhos em comunidades vulneráveis são controlados pela implementação do Programa Afluentes, que inclui um mapeamento prévio das lideranças, e a comunicação ativa antes, durante e após as obras, para alcançar uma “Licença Social” que ilhe permita operar nas comunidades.

Os casos de rompimento de adutoras de grande porte e de outras tubulações são tratados no âmbito do PAE. Contudo, para responder a eventos de danos às comunidades, o Cliente preparará um Procedimento de Levantamento de Danos e Compensação de Comunidades Afetadas por Emergências.

Com relação aos impactos associados às unidades operacionais, até o momento não houve registro de queixas de terceiros em relação aos temas de ruído e odores.

Para controlar os riscos de exploração sexual na etapa de obras o Cliente preparará um Procedimento de Combate à Exploração Sexual, Assédio e Violência de Gênero e treinará o pessoal próprio e de empreiteiras contratadas nesse procedimento. Além disso, o Cliente preparará um

relatório integrado com os resultados da implementação do Plano de Gestão Ambiental e Social de Obras e Tráfego.

4.4.a.ii Gestão e segurança de materiais perigosos

Os materiais perigosos são gerados apenas no interior dos ativos de saneamento como ETA, ETE, sede administrativa e outros sendo gerenciados através de PGRS específicos de cada unidade. Por outro lado, os resíduos de obras também são gerenciados dessa forma. Por este motivo não há exposição de terceiros a materiais perigosos.

4.4.a.iii Serviços do Ecossistema

As operações do Cliente são integralmente desenvolvidas no interior da área urbana de Manaus e não há previsão de afetação material de serviços ecossistêmicos.

4.4.a.iv Exposição da comunidade a doenças

Um dos principais impactos indiretos de projetos de saneamento básico é reduzir a transmissão de doenças transmitidas pela água através do afastamento, tratamento e disposição final adequada do esgoto doméstico. Acredita-se que o Projeto contribuirá para a melhoria da saúde pública, na medida em que os índices de cobertura com sistemas de esgotamento sanitário forem sendo ampliados.

O eventual rompimento de coletores ou interceptores de esgoto pode gerar vazamentos e acúmulo temporário de esgoto nas ruas, levando ao aumento temporário da exposição de transeuntes ao esgoto bruto, e aumentando pontualmente a exposição a enfermidades de veiculação hídrica. Para evitar esta situação, a Companhia possui um CCO capaz de detectar e tratar esses eventos com rapidez, o que reduz substancialmente os riscos para as comunidades residentes no entorno das áreas afetadas por esses eventos.

4.4.a.v Preparação e resposta a emergências

Os casos de rupturas de adutoras e tubulações de grande porte representam o principal cenário com o potencial de afetar as comunidades no entorno do Projeto. O PAE contempla ações de respostas e o CCO possui a capacidade de detecção rápida desses eventos, o que auxilia a minimizar as consequências desses cenários. No entanto, o Cliente preparará um Procedimento de Levantamento de Danos e Compensação de Comunidades Afetadas por Emergências para endereçar eventuais prejuízos e impactos sofridos em comunidades afetadas por eventos dessa natureza.

4.4.b Pessoal de segurança

Os procedimentos de segurança da Companhia incluem a proteção dos ativos com equipes de segurança patrimonial contratada, que controlam os acessos e realizam rondas ostensivas para verificar a integridade de portões, cadeados, sala de máquinas e os equipamentos das unidades. Os ativos também contam com sistema de câmeras de monitoramento (“CFTV”) integradas ao CCO, o

que permite a detecção rápida de eventos que tragam riscos à segurança dos ativos e do seu pessoal e a pronta resposta aos eventos.

O pessoal de segurança trabalha desarmado, com exceção da ETA PDI e do Baixo I. Nessas áreas existem cabeamentos e motores robustos, sendo a vizinhança cercada por áreas controladas pelo tráfico de drogas e o crime organizado. Em casos em que o uso da força é necessário, a Companhia aciona a Polícia Militar.

O pessoal da segurança assignado ao Projeto passa por curso de integração e treinamentos nos seguintes quesitos: i) segurança patrimonial; ii) controle de acesso; e iii) relações humanas. A qualificação mínima exigida para o pessoal da segurança inclui o curso de vigilante autorizado pela Polícia Federal, com reciclagem a cada 2 anos.

Visando uma maior capacitação do pessoal da segurança no uso responsável da força, o Cliente preparará e implementará um treinamento sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos das Nações Unidas (“ONU”).

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

4.5.a Aspectos gerais

As atividades de expansão de redes de esgoto e água, assim como adequações de ETAs e ETEs pode requerer, em alguns casos, a desapropriação de terrenos e de áreas de servidão. Nestes casos, a Procuradoria Geral do município de Manaus, a partir de requerimento da Companhia, analisa e emite o decreto de utilidade pública. Nos casos em que se requer a desapropriação, o cálculo da indenização é realizado de acordo com regulamentos da esfera federal e do município de Manaus.

Embora não esteja estabelecido formalmente em um procedimento interno, a Companhia dá preferência a seleção de áreas que estejam desocupadas, sem qualquer tipo de função social, sejam públicas ou privadas.

Até o momento, nove áreas foram requeridas para o Projeto, das quais três foram requeridas a desapropriação, e as demais áreas de servidão. Estas áreas configuravam-se como zonas sem ocupação, com a exceção de duas áreas de uso comercial, sendo estas: i) desapropriação de parte da área de estacionamento de prédio comercial; e ii) uma faixa de servidão em área de uso comercial, especificamente na área de entrada e saída de veículos. Em nenhum caso foram identificadas afetações a residências, ou que implicaram o reassentamento ou deslocamento econômico de pessoas.

No entanto, o Cliente estabelecerá uma Estrutura de Reassentamento Involuntário e Restauração dos Meios de Vida, para garantir que esses processos ou área de servidão: i) considerem terrenos alternativos, dando prioridade a áreas desocupadas e sem uso, visando prever ou evitar, quando possível, impactos ambientais e sociais adversos; ii) assegurem que os valores de indenização sejam iguais ou maiores que os valores de reposição do bem; iii) quando seja necessário, considerem também uma indenização por afetação de atividade econômica temporária ou permanente e iv)

quando seja necessário, estabeleçam condições aceitáveis para o reassentamento involuntário de pessoas.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

A área do Projeto está integralmente inserida na zona urbana de Manaus, onde a única unidade de conservação é o Parque Estadual Sumaúma, que possui 53 hectares e está situado na região central da cidade. No entorno de Manaus há duas unidades de conservação, a saber; i) o Sítio Ramsar Rio Negro, com área de 12 milhões de hectares e situado imediatamente a oeste da cidade e; ii) a Área Chave de Biodiversidade Várzeas do Médio Rio Amazonas, situada imediatamente a leste da cidade.

Apesar da existência de unidades de conservação muito próximas a Manaus e uma pequena unidade de conservação no interior da cidade, a atuação do Projeto está limitada à malha urbana da cidade pelo que não são esperados impactos materiais na biodiversidade. Porém, para assegurar que o Projeto não afete a biodiversidade o Cliente preparará e implementará um Procedimento de Análise Preliminar de Alternativas, que verificará a localização de novos ativos e minimizará os riscos e impactos sobre a biodiversidade.

4.7 Povos indígenas

4.7.a Aspectos gerais

No perímetro urbano da cidade de Manaus, área de concessão da Companhia, não estão localizados territórios, reservas ou aldeias indígenas. Entretanto, a cidade conta com bairros periféricos urbanos informalmente chamados pela população local como “bairros indígenas”, no qual reside uma alta concentração de pessoas indígenas, ou de descendência indígena, de diferentes etnias.

Entre os bairros mapeados dentro do perímetro da área de concessão encontra-se i) Tarumã, onde estão presentes os sub-bairros Comunidade Parque das Nações Indígenas; Lírio do Vale; Parque das Tribus; e o Conjunto Habitacional Cidadão 10; ii) Redenção; e iii) Bairro da Paz, sendo estes três localizados na zona oeste de Manaus; iv) Bairro Nova Cidade, na zona norte; e v) Bairro da União, na zona sul.

As lideranças comunitárias destes bairros são parte do Programa Afluentes, e estão integrados ativamente nas atividades de comunicação e engajamento; e responsabilidade social da Companhia. Desta forma, antes da realização de qualquer intervenção nos bairros, a Equipe de Responsabilidade Social realiza campanhas de divulgação de informação, esclarecimento de dúvidas, e diálogo entre os moradores, incluindo reuniões comunitárias com a Companhia. Estas atividades sempre são realizadas em coordenação com as lideranças, e em respeito à cultura e dinâmica social local. As atividades de obras e intervenção nestes bairros somente são realizadas uma vez que a Águas de Manaus receba a permissão dos moradores, em consonância com sua estratégia de Licença Social para Operar.

A Companhia também implementa as atividades de responsabilidade social, incluso o Programa Saúde Nota 10; Atendimento Itinerante; programas de apoio ao empreendedorismo local; e ações afirmativas, como o Projeto Biografias Colaborativas, no qual foram registradas em livros as histórias

de cinco mulheres, incluso de mulheres indígenas, empreendedoras vindas de situações de vulnerabilidade socioeconômicas.

Cabe ressaltar que, por não se tratar de territórios, reservas ou aldeias indígenas, a atuação da Companhia nestas áreas não requer a atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (“FUNAI”). Também, já que o Projeto não produzirá impactos materiais negativos as comunidades indígenas, não foi necessário ativar um processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI).

4.8 Patrimônio Cultural

Parte dos ativos de concessão de Águas de Manaus, o Reservatório de Mocó é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (“IPHAN”). Em 2022, o IPHAN apresentou requerimento de Projeto de Conservação e Restauração do Reservatório. Conforme solicitado, a Companhia realizou, no mesmo ano, um mapeamento detalhado dos danos na edificação, no qual consta, entre outros, temas referentes a infiltração; vegetação; rachaduras; mofo; pichações; entre outros.

É importante ressaltar que os danos identificados no Reservatório de Mocó são referentes a degradação ocorrida em um longo período, e não estão diretamente associadas as atividades realizadas pela operação da Águas de Manaus. Entretanto, como concessionária, a Companhia deverá prezar pelo bem e conservação do patrimônio.

Até o momento, não foram identificadas evidências de impacto real ou potencial em patrimônio cultural material ou imaterial nas áreas de influência do Projeto. No entanto, o Cliente preparará e implementará um procedimento específico para eventuais achados fortuitos de materiais de interesse arqueológico durante as obras.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada neste link: <https://www.aguasdemanous.com.br/>